

**ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 17/2016**

**PROCESSO n.º 12/2016  
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 02/2016**

Aos 22 dias do mês de agosto de 2016, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito, senhor ALFREDO MAURÍCIO BARBOSA BORGES, RG 5014663991, CPF n.º 302.378.310-15, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa **Agropneu's Comércio e Representações Ltda - CNPJ: 88.452.016/0001-86; BELLENZIER PNEUS LTDA - CNPJ: 73.730.129/0009-86; Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda. - CNPJ: 13.545.473/0001-16; PIPPI PNEUS LTDA - CNPJ: 89.079.354/0001-87; PNEU BOM LTDA. - EPP - CNPJ: 21.609.270/0001-74; TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ: 93.988.921/0007-80; Vulcanbor Soluções em Pneumáticos Ltda - EPP - CNPJ: 08.237.006/0001-99; MODELO PNEUS LTDA - CNPJ: 94.510.682/0001-26**, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, homologada em 15/08/2016, às fls. 1167, referente ao **Pregão Eletrônico n.º 02/2016** para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para possíveis aquisições de PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, em conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n.º 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1. O objeto da presente Ata é o Registro dos Preços para possíveis Aquisições de PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES, conforme descrição, marcas e preços constantes do **Processo n.º 12/2016, Pregão Eletrônico n.º 02/2016**.

**A empresa Agropneu's Comércio e Representações Ltda - CNPJ: 88.452.016/0001-86, restou classificada nos seguintes lotes:**

29	04	UNID.	PNEU 18.4-30 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	2.180,00
35	06	UNID.	PNEU 600-12 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	290,00
36	03	UNID.	PNEU 400-8 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	140,00
37	08	UNID.	PNEU 17.5-25 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	2.139,00
39	02	UNID.	PNEU 14.9-24 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.320,00
40	02	UNID.	PNEU 18.4-34 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	2.390,00
41	02	UNID.	PNEU 19.5/24 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.985,00
42	02	UNID.	PNEU 900X16 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	480,00
66	02	UNID.	PNEU TRASEIRO TRATOR AGRALE 9.5X24 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	710,00
67	02	UNID.	CÂMARA TRASEIRA 9.5X24 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	94,00

**A empresa BELLENZIER PNEUS LTDA - CNPJ: 73.730.129/0009-86, restou classificada nos seguintes lotes:**

25	08	UNID.	PNEU 900X20 LISO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	800,00
28	02	UNID.	PNEU 10.5/80-18 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	650,00
31	08	UNID.	PNEU 750X16 BORRACHUDO PARA A	470,00

			SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	
38	08	UNID.	PNEU 12.5/80-18 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	875,00
43	16	UNID.	PNEU 175.65-14 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	240,00
44	10	UNID.	PNEU DIANTEIRO TRATOR 750/18 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	390,00
59	04	UNID.	PNEU PARA TRATOR 23-1.26 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	3.000,00
61	08	UNID.	PNEU TRATOR GARRA ALTA 14.9.24 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	1.900,00
70	04	UNID.	PNEU DIANTEIRO TRATOR 14-9.28 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	1.398,99

**A empresa Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda. - CNPJ: 13.545.473/0001-16, restou classificada nos seguintes lotes:**

05	80	UNID.	PNEU 215/75-16 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	694,11
11	12	UNID.	PNEU 215/75/R16 LISO / 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	733,33
30	12	UNID.	PNEU 265/75 R16 123/120 Q PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	759,33
51	08	UNID.	CÂMARAS 170/15 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	48,33
58	10	UNID.	CÂMARA 750/16 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	44,33
68	16	UNID.	PROTETOR 750/16 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	19,90

**A empresa MODELO PNEUS LTDA - CNPJ: 94.510.682/0001-26, restou classificada nos seguintes lotes:**

53	40	UNID.	PNEUS TRASEIROS GARRA BAIXA 18.4.30 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	2.129,00
54	10	UNID.	PNEUS RASPADEIRAS 900X20 LISO PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	750,00
63	08	UNID.	PNEU TRATOR TRASEIRO 14-9.34 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	1.919,00
69	04	UNID.	PNEU TRASEIRO TRATOR 23-1.30 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	3.589,00

**A empresa PIPPI PNEUS LTDA - CNPJ: 89.079.354/0001-87, restou classificada nos seguintes lotes:**

17	12	UNID.	PNEU 295/80/22,5 LISO / 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.295,00
18	24	UNID.	CÂMARAS ARO 20 PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	80,00
20	08	UNID.	PNEU 2.75/80/22.5 LISO S/ CÂMARA PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.235,00
21	24	UNID.	PNEU 2.75/80/22.5 BORRACHUDO S/ CÂMARA PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.290,00

34	08	UNID.	PNEU 275.80.22,5 LISO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.220,00
----	----	-------	--	----------

**A empresa PNEU BOM LTDA. - EPP - CNPJ: 21.609.270/0001-74, restou classificada nos seguintes lotes:**

08	24	UNID.	PNEU 215/75/R17.5 LISO / MÍNIMO 12 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	669,00
09	48	UNID.	PNEU 215X75XR17,5 LISO / 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	679,00
12	18	UNID.	PNEU 1000/20 LISO / 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	939,00
19	24	UNID.	PROTETORES ARO 20 PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	30,00
24	32	UNID.	PNEU 900X20 BORRACHUDO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	899,00
26	40	UNID.	PNEU 1.400X24 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.597,00
27	02	UNID.	PNEU 17.5-25-3 PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	2.349,00
47	02	UNID.	PNEU TRASEIRO GARRA ALTA RETRO 19,5X24 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	2.170,00
55	10	UNID.	CÂMARAS 900X20 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	69,00

**A empresa TURBO AUTO PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - CNPJ: 93.988.921/0007-80, restou classificada nos seguintes lotes:**

01	30	UNID.	PNEU 205/75-16 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	470,00
02	40	UNID.	PNEU 175/70-13 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	150,00
03	80	UNID.	PNEU 175/70-14 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	220,00
04	20	UNID.	PNEU 225/70-15 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	400,00
06	80	UNID.	PNEU 185/60-15 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	250,00
07	30	UNID.	PNEU 205/70-15 LISO / MÍNIMO 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE	383,94
10	28	UNID.	PNEU 225/75/R15 LISO / 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	450,00
13	18	UNID.	PNEU 1000/20 BORRACHUDO / 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.000,00
14	14	UNID.	PNEU 900/20 LISO / 14 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	740,00
15	14	UNID.	PNEU 900/20 BORRACHUDO / 16 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	800,00
16	12	UNID.	PNEU 235/70/16 LISO / 10 LONAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	450,00
22	56	UNID.	PNEU 1000X20 BORRACHUDO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.000,00

23	16	UNID.	PNEU 1000X20 LISO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	900,00
32	04	UNID.	PNEU 750X16 LISO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	400,00
33	24	UNID.	PNEU 275.80.22,5 BORRACHUDO PARA A SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES	1.300,00
45	02	UNID.	PNEU DIANTEIRO RETRO ESCAVADEIRA 12X16,5 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	600,00
49	20	UNID.	PNEU DIANTEIRO SIMPLES 750/16 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	360,00
50	08	UNID.	PNEU PARA CAMINHONETE 205/170R15 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	387,50
56	10	UNID.	PNEU PARA CAMINHÃO LISO 750/16 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	380,00
57	10	UNID.	PNEU PARA CAMINHÃO BORRACHUDO 750/16 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	395,00

**A empresa Vulcanbor Soluções em Pneumáticos Ltda - EPP - CNPJ: 08.237.006/0001-99, restou classificada nos seguintes lotes:**

46	10	UNID.	PNEU TRASEIRO GARRA ALTA TRATOR 18-4.30 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	2.800,00
48	30	UNID.	CÂMARAS PARA TRATOR COM VÁLVULA CURTA 750/18 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	50,00
52	40	UNID.	CÂMARAS PNEUS TRASEIROS 18.4.30 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	259,00
60	04	UNID.	CÂMARA 23-1.26 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	367,50
62	08	UNID.	CÂMARA 14.9.24 PARA A SECRETARIA DO MEIO RURAL	180,00

## **CLÁUSULA II - DO PREÇO**

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

## **CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o **item 3** acima.

7. Independentemente do disposto no **item 3**, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

#### **CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS**

1. O FORNECEDOR **poderá** ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da publicação da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

#### **CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS**

1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo:

- Ricardo Felix Haas – Sec. do Meio Rural e Fomento Econômico;
- Luis Mário Moreira – Secretaria Municipal de Saúde;
- Marcelo Suter Garcia – Secretaria Municipal de Educação;
- Cristiano Moreira Augusto – Secretaria de Obras e Transportes

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IGPM mensal incidente “pro rata die” desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IGPM, será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

#### **CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO**

1. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal n.º 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar,

poderão ser convocados os prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no Art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um prestador registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pelas Secretarias Municipais.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independente do valor, sujeito a penalização.

#### **CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO**

1. O objeto será recebido provisoriamente pela Secretaria Competente, onde deve ser efetuada a entrega ao servidor designado pela Secretaria para recebimento do objeto contratado, após aviso do respectivo empenho, não podendo ultrapassar à **10 (dez) dias úteis**.

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado pela Secretaria Competente.

3. O prazo para a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 24 (Vinte e Quatro) horas, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os produtos nos locais determinados no instrumento.

6. **Local de Entrega:** Os materiais ora licitados, deverão ser entregues de Segunda a Sexta-Feira nos horários e no endereço abaixo especificado, exatamente como descrito neste edital e seus anexos.

- **NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:** Rua Dr. Pires Porto, Nº 332. Das 08:00 às 14:00hs.

- **NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO:** Rua Cel. Meza, Nº 322, centro. Das 08:00 às 14:00hs.

- **NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES:** Rua Alexandre Silveira, Nº120 Bairro do Hospital. Das 07:30hs à 13:30hs.

- **NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO RURAL E FOMENTO ECONÔMICO:** Rua Alexandre Silveira, Nº 120. Das 08:00 às 14:00hs.

**A Administração somente receberá PNEUS NOVOS, e estes devem conter a Certificação Técnica do INMETRO.**

#### **CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES**

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. **Multa**, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no item 1.2.;

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.**;

4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

#### **CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N.º 4.686//2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no Art. 79 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I- Pelo MUNICÍPIO, quando:

a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;

b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;

c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### **CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS**

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

#### **CLÁUSULA XII - DO FORO**

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

#### **CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 02/2016**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Banrisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **LOTES** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

3. **A Administração somente receberá PNEUS NOVOS, e estes devem conter a Certificação Técnica do INMETRO.**

**Lavras do Sul, 22 de agosto de 2016**

**Alfredo Maurício Barbosa Borges**  
**Prefeito**

**Empresa Detentora do Preço Registrado**  
**(Futura contratada)**